

# A contribuição dos empresários

Antonio Carlos Navarro

No limiar dos seus 33 anos de existência, Brasília enfrenta um leque de problemas sócio-econômicos, originários do seu vertiginoso crescimento. De início, vale a ressalva de que nossos problemas não são nem mais nem menos graves que os enfrentados pelas outras regiões metropolitanas do País. A grande preocupação, entretanto, é com o ritmo da deterioração da qualidade de vida da população, muito acelerado pela persistente recessão e pela consequente perda da capacidade de investir por parte do poder público.

A gravidade desse quadro, levou as lideranças empresariais e o governo do Distrito Federal a definir com urgência um conjunto de medidas econômicas com vistas a reaquecer a economia, e com isso, gerar cem mil empregos. A iniciativa tem o propósito de eliminar o gargalo social gerado pelo desemprego, e bem como o gargalo da produção econômica, seriamente avariada pela brutal recessão que varre o País.

Acreditamos que o ponto de partida para a reversão dessa perversa situação, tem de começar pela recuperação da capacidade de investimento do Governo do Distrito Federal, sobretudo na área social, e em áreas de infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades econômicas.

É fato consabido que são os investimentos públicos que lastreiam o desenvolvimento econômico de qualquer região. E isso é ainda mais verdade no Distrito Federal, conjunto urbano ainda caracterizado por atividades basicamente de caráter administrativo, e de um segmento secundário ainda distante de maior expressão. Dentro dessa realidade, é extremamente oportuna a idéia de deslocar para o BRB a administração dos recursos do FCO com taxas de empréstimos inferiores à TR, a exemplo do que ocorre em outros estados (como é o caso de Goiás, por exemplo). O outro estímulo, que responde com empregos e tributos, é a intenção do governo



do Distrito Federal de multiplicar as compras ao setor privado. Nós já temos o belo exemplo da Secretaria da Fazenda que alterou normas, deslocando suas encomendas de impressos do Departamento de Imprensa Nacional para o parque gráfico local. Acreditamos que as outras secretarias de Estado vão adotar postura semelhante.

O perfil econômico do Distrito Federal tem de ser alterado para que possa gerar empregos, atendendo assim uma demanda super-reprimida. Ao lado de uma política industrial agressiva, que pulverize novos empregos, pelas cidades-satélites e descongestione o Plano Piloto, Brasília deve lutar por uma política tributária, sobretudo no nível da revisão constitucional, que estimule a migração para o setor formal da economia das empresas que hoje estão aquarteladas na informalidade. E isso pode ser feito pela simplificação de tributos, que, por exemplo, poderiam ser cobrados por faixas de faturamento.

Outra medida que, no curto prazo, pode aumentar a arrecadação fiscal, é a negociação criteriosa com os inadimplentes, vítimas de recessão que lhes tirou a capacidade de honrar, com regularidade, seus compromissos com o fisco. Ninguém pode desconhecer os estragos que o

processo recessivo provocou nas empresas em geral.

O aumento da arrecadação tributária e a consequente recuperação do poder de investir do GDF é perfeitamente possível. Os empresários estão absolutamente conscientes disso e oferecem ao poder público apoio, através das entidades do segmento, que é a estratégia mais eficaz para atingir com rapidez os objetivos traçados. Prova recente disso foi o trabalho conjunto empreendido pelo Sindicato de Indústrias Gráficas do Distrito Federal e a Secretaria da Fazenda, que mostra, como resultado, que 88 por cento das gráficas locais estão absolutamente regulares com o fisco, e habilitadas, portanto, a imprimirem documentos fiscais. Em outras palavras, as chamadas notas frias estão rapidamente desaparecendo em Brasília.

A solução dos problemas do Distrito Federal passa, por certo, por iniciativas geradas pelo debate e entendimento, como esse entre o setor produtivo e o governo Roriz, e que mostra bem a maturidade dos empresários locais.

■ Antonio Carlos Navarro é presidente do Conselho Consultivo da Abrigraf e do Sindicato das Indústrias Gráficas do DF